

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Proad n. 28222/2025

1. Do Objeto

1.1. Definição do Objeto

1.1.1. Suporte de 24 meses para 20 servidores físicos (*bare metal*) que compõem a infraestrutura de virtualização oVirt, atualmente implantada no TRT3, prorrogáveis nos termos da Lei 14.133/2021.

1.2. Descrição detalhada do Objeto

1.2.1. A contratação abrangerá o Registro de Preços para suporte de 20 servidores físicos (*bare metal*) sendo, imediatamente, 12 unidades de suporte (cada unidade correspondente a 1 servidor físico), conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	AQUISIÇÃO IMEDIATA	TOTAL REGISTRADO	Valor mensal unitário	Valor Aquisição Imediata 24 meses	Valor total registrado
1	Suporte, durante o período de 24 meses, ao oVirt/Manage IQ, na modalidade 24X7	26972	un	12	20	R\$1.571,50	R\$452.592,00	R\$ 754.320,00

1.3. O serviço objeto desta contratação tem característica comum, nos termos do art. 6º, inc. XIII, da Lei n. 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 2 anos, contados da assinatura contratual, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021;

1.4.1. A prestação do serviço da solução é considerada como continuada, tendo em vista que, trata-se de serviço de suporte necessário para o pleno funcionamento da ferramenta já implantada neste Tribunal.

1.4.2. A adoção de vigência plurianual se justifica por ser mais vantajosa considerando o potencial economia de escala, diluição de investimentos iniciais, curva de aprendizagem, custos burocráticos da realização de um procedimento licitatório a cada

ano, entre outras.

1.5. No presente caso será necessário o instrumento contratual.

1.6. A presente contratação dar-se-á pelo Sistema de Registro de Preços, cuja Ata terá validade de 1 ano, podendo ser prorrogada a vigência nos termos do artigo 84 da lei 14.133/2021.

1.6.1. Devido às especificidades da contratação, a Equipe de Planejamento da Contratação optou em não tornar a Ata de Registros de Preços adequada a adesões.

1.6.2. No caso em tela, devido às especificidades da solução tornarem a participação de outros órgãos **inviável ou inconveniente** por razões técnicas ou de logística e a falta de capacidade operacional da área demandante para gerir demandas de terceiros farão o Registro de Preços ser restrito ao TRT3, de forma que o procedimento de divulgação da IRP no ComprasNet não deverá ser realizado.

1.7. Nos termos do inciso IV do art. 92 da Lei n. 14.133/2021, o regime de execução dos serviços será por empreitada por preço unitário.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

2.1.1. A demanda visa à contratação de serviços especializados de suporte técnico e manutenção para a infraestrutura de virtualização baseada na plataforma oVirt/KVM já implantada no TRT3. A partir da chamada Virtualização, um conjunto de servidores (computadores) físicos se organiza em uma superestrutura capaz de entregar inúmeras máquinas virtuais (VMs) utilizadas para suportar outros serviços de TIC.

No caso específico do TRT3, estão configurados os seguintes conjuntos (*clusters*) de virtualização:

- Produção, composto por 6 servidores;
- Homologação, composto por 2 servidores e
- Laboratório composto por 4 servidores.

Tomados em conjunto, eles suportam 216 máquinas virtuais, que são utilizadas para prover desde o PJe ao PROAD, para citar alguns exemplos.

O [ATO CSJT.GP.SG.SETIC.CGTIC Nº 132/2022](#) estabelece, como item orçamentário obrigatório, a Solução de Virtualização por Hipervisor. Em outras palavras, o ato deixa claro que esse tipo de ferramenta é indispensável para o funcionamento da

Justiça Trabalhista, sendo obrigatória a reserva financeira para a contratação de licenciamento para seu uso e/ou suporte.

Atualmente, existem dois contratos no TRT3 que dizem respeito ao objeto:

- 21SR012, fim da vigência ocorreu em 11/03/2026;
- 21SR046, com vigência até 04/11/2026.

A infraestrutura atual é composta por 12 (doze) servidores físicos, mas tem previsão de expansão visando à continuidade do serviço judiciário. Nesse sentido, o Registro de Preços contemplará o suporte para até 20 (vinte) unidades, garantindo a escalabilidade imediata do ambiente caso a migração para a nuvem não ocorra na celeridade esperada. Este suporte de terceiro nível inclui correção de bugs, atualizações de segurança e tuning de performance, assegurando a alta disponibilidade dos sistemas durante todo o período de transição.

2.2. Objetivos (resultados esperados)

Manter os servidores físicos capazes de entregar inúmeras máquinas virtuais (VMs) utilizadas para suportar os serviços de TIC.

2.3. Benefícios diretos e indiretos

- Suporte rápido e eficiente, em caso de falhas na infraestrutura da virtualização;
- Resolução de dúvidas relativas à utilização do oVirt
- Melhorias na configuração do ambiente de virtualização

2.4. Alinhamento com o Planejamento Estratégico ou de TIC e o Plano Anual de Contratações

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
OE3	Garantir a duração razoável do Processo
OE10	Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados

ALINHAMENTO AO PDTIC 2023-2024	
ID	Objetivo tático de TIC
OTI8	Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas, assegurando o fornecimento de uma infraestrutura tecnológica confiável e estável, além de soluções eficientes que atendam às necessidades do tribunal e contribuam para a sua modernização
OPE10	Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados

ALINHAMENTO AO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES 2026	
Item	Descrição
6.1/2026	Solução de Virtualização de Servidores de Processamento de Dados (Suporte e Atualização) (Substituição contrato 21SR012)
6.2/2026	Solução de Virtualização de Servidores de Processamento de Dados (Suporte e Atualização) (Substituição contrato 21SR046)

O [ATO CSJT.GP.SG.SETIC.CGTIC Nº 132/2022](#) estabelece como item orçamentário obrigatório, a Solução de Virtualização por Hypervisor.

2.5. Referência ao Documento de Oficialização da Demanda e Estudo Técnico Preliminar

2.5.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) encaminhado pela Secretaria de Infraestrutura Tecnológica (SEIT) e os Estudos Técnicos Preliminares constantes do Processo Administrativo Eletrônico nº 28222/2025.

2.6. Relação entre a demanda prevista e a quantidade de bens e/ou serviços a serem contratados

2.6.1. Atualmente, o parque de servidores (computadores) utilizados na infraestrutura do oVirt corresponde a 12 unidades, distribuídas entre os ambientes de laboratório, homologação e produção (sendo atualmente cobertos por contrato de manutenção apenas os ambientes de produção e homologação).

Tendo em vista a possibilidade de incremento do parque computacional, propõe-se o registro de 20 unidades de suporte (cada unidade correspondente a um servidor).

2.6.2. A prestação de serviços será empregada nos servidores instalados nos prédios dos TRT3, conforme os locais:

1- Rua Mato Grosso, 400 - CEP 30190-081- BH/MG - Site Principal e 2- Av. Prudente de Moraes, 320 - CEP 30380-002 - BH/MG - Site secundário (Prédio TRE)

Item	Descrição	Catser	Unidade	Aquisição imediata	Quantidade RP	Quantidade Total
1	Suporte, durante o período de 24 meses, ao oVirt/ManagelQ, na modalidade 24X7 (unidade = 1 servidor)	26972	un	12	20	20

Tabela 1 – Relação entre Demanda Prevista e a Quantidade de bens/serviços

2.7. Análise de mercado de TIC (soluções disponíveis e/ou contratadas por órgãos ou entidades da Administração Pública, inclusive valores)

2.7.1. Considerando as necessidades e requisitos da demanda, visualizou-se no mercado de TIC 4 alternativas de solução, conforme expresso nos Estudos Técnicos Preliminares, sendo apenas 02 soluções viáveis (solução 3 e 4 do Estudo Técnico Preliminar):

Solução 3: Cluster de Virtualização com Software Livre (oVirt/KVM) – Solução Atual

Utilização de um cluster (conjunto) de computadores de grande capacidade operacional orquestrados por um software virtualizador. Essa camada de software permite consolidar os recursos de processamento, memória e armazenamento de múltiplos servidores físicos em um pool único e dinâmico, entregando o somatório do poder computacional do cluster para as máquinas virtuais.

- Análise: Viável e em operação. É a solução atualmente adotada pelo TRT3 por agregar alta disponibilidade (HA) e flexibilidade escalar. O Tribunal utiliza uma plataforma de código aberto (open-source), o que garante independência de licenças proprietárias e redução de custos (TCO). Contudo, a criticidade dos serviços hospedados (PJe, SIGEP) exige a contratação de suporte técnico especializado de 3º nível para resolução de incidentes complexos, atualizações de segurança cibernética e manutenção da estabilidade do ambiente enquanto este permanecer no Datacenter local.

Solução 4: Computação em Nuvem (Cloud Computing) – Solução de Destino

Migração das cargas de trabalho e serviços de TIC para infraestrutura de nuvem, conforme diretriz estabelecida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para a modernização da infraestrutura tecnológica da Justiça do Trabalho, eliminando a necessidade de manutenção de hardware físico local para essas

aplicações.

- **Análise:** Viável e recomendada a longo prazo. Por se tratar de uma diretriz do CSJT, a migração para a nuvem é o objetivo final do planejamento do TRT3. No entanto, o processo de transição é gradual e exige a manutenção segura do ambiente atual. Portanto, a Solução 3 (oVirt) deve ser mantida com suporte técnico qualificado durante o período de convivência e migração, permitindo que o Tribunal desative os servidores físicos de forma programada e segura, sem risco de interrupção dos serviços jurisdicionais.
- **Justificativa de Não Adoção Imediata:** A migração direta, sem o suporte ao ambiente atual (oVirt), colocaria em risco a disponibilidade do PJe e demais sistemas durante a transição. Assim, a Solução 3 (Virtualização Local) atua como a infraestrutura de sustentação indispensável até que a migração para a Nuvem seja concluída.

Considerando a **3- Cluster de Virtualização com Software Livre (oVirt/KVM) – Solução Atual como solução mais vantajosa**, foi efetuada pesquisa de preços fundamentalmente com objetivo de identificar contratações similares efetuadas por órgãos públicos federais ou instituições públicas. Assim, foi encontrado o seguinte edital cujos extratos estão incluídos no Anexo “Contratações Públicas Similares” dos Estudos Preliminares:

Órgão 1 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

A pesquisa por contratações similares identificou o TRT 15ª Região como paradigma direto na Justiça do Trabalho. Ressalta-se que a solução escolhida (oVirt) é a base *upstream* de soluções comerciais amplamente adotadas no Judiciário, como o Red Hat Virtualization. A escassez de editais específicos para a marca 'oVirt' decorre da natureza open-source da ferramenta, sendo suprida no presente estudo pela consulta direta a fornecedores especializados (Anexo III), que confirmam a existência de mercado e viabilidade da sustentação pretendida.

TRT15 - contratação de suporte técnico para a ferramenta de virtualização oVirt, conforme Proad id. [28222/2025-15](#)

2.8. Parcelamento da solução

2.8.1. O objeto é composto por apenas um item, não havendo viabilidade de divisão do objeto em parcelas em virtude de suas características técnicas e de mercado, além de não ser economicamente vantajoso.

2.9. Definição e justificativa da escolha da solução

Contratação de suporte para até 20 servidores físicos (*bare metal*) que compõem a

infraestrutura de virtualização oVirt, atualmente implantada no TRT3. Serão contratados, imediatamente, 12 unidades de suporte (cada unidade correspondente a 1 servidor físico).

2.10. Natureza do objeto

2.10.1. Considerando-se que o objeto da presente contratação possui características comuns e usuais encontradas atualmente no mercado de TIC, cujos padrões de desempenho e de qualidade são objetivamente definidos neste Termo de Referência, esta Equipe de Planejamento entende que possa ser considerado como serviço comum, nos termos do artigo 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.

3. Requisitos da contratação

3.1. Sustentabilidade

3.1.1. Aplicam-se, no que couber, a Lei n. 12.305/2010, que dispõe acerca da instituição de Política Nacional de Resíduos Sólidos, e o [“Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho”](#).

3.2. Conformidade Legal

3.2.1. A contratação pauta-se no cumprimento das normas de governança e segurança do Poder Judiciário, destacando-se: a Resolução CNJ nº 468/2022, que estabelece as diretrizes para contratações de Soluções de TIC; a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devido ao acesso técnico a ambientes que processam dados jurisdicionais; a Resolução CNJ nº 396/2021 (Estratégia Nacional de Segurança Cibernética), que exige protocolos rigorosos de controle em infraestruturas críticas; e a Lei nº 14.133/2021, que rege o rito do Registro de Preços e a execução contratual.

3.3. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, devido à simplicidade e especificidade do objeto, que exige execução direta e responsabilidade técnica exclusiva da contratada. Tal medida assegura maior controle, segurança da informação e garantia de disponibilidade da infraestrutura crítica do PJe.

3.4. Cooperativas

3.4.1. Não se vê óbice na participação.

3.5. Consórcios

3.5.1. Não se vê óbice na participação.

3.6. Da Prova de conceito

Não aplicável.

3.7. Vistoria

A Vistoria não será obrigatória, ficando a critério da contratada.

4. Garantia da contratação

4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, uma vez não encontrados riscos no Estudo Técnico Preliminar e no Mapa de Riscos que justifiquem a medida.

5. Regime de execução do contrato

5.1. Caso não seja possível a prestação do serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar à Contratante as razões respectivas com pelo menos 5 dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior. Ficará a cargo da administração autorizar, ou não, a prorrogação do prazo de entrega solicitada pela empresa.

5.2. Local e condições da prestação de serviços: Endereços constantes no item 2.6.2.

5.3. A CONTRATADA está condicionada às seguintes obrigações:

5.3.1. Indicar formalmente, no ato da assinatura do contrato, nomes e contatos dos representantes ou prepostos que serão os responsáveis pelas comunicações com o contratante.

5.3.2. Efetuar a prestação dos serviços nos prazos, condições e locais indicados, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta.

5.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990).

5.3.4. Fornecer documentação técnica completa e atualizada contendo os manuais, cartões de referência, guias de instalação e outros pertinentes, no que for cabível.

5.3.5. É de responsabilidade única e exclusiva do licitante a apresentação de documentos que comprovem as afirmações contidas em sua proposta técnica. Comprovações necessárias à análise técnica, que não constem da proposta do licitante, poderão ser exigidas pelo CONTRATANTE durante toda a realização do procedimento licitatório. A documentação comprobatória deverá ser fornecida em sua forma original. O

descumprimento da norma contida nesta cláusula importará em desclassificação do licitante.

5.3.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.3.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada.

5.3.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

5.3.9. Realizar seu cadastro, indicação de conta bancária e vinculação ao TRT3, se já não estiver cadastrada, na base de dados de fornecedores do Portal SIGEO-JT, disponível no endereço eletrônico <https://portal.sigeo.it.jus.br/portal-externo/>.

5.3.10. Manter sigilo acerca das informações obtidas e geradas no decorrer do contrato, mediante assinatura do Termo de Compromisso com a Segurança da Informação disponível no ANEXO I deste documento.

5.3.11. À CONTRATADA, durante a vigência do contrato, é vedado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

5.3.12. Durante toda a vigência contratual deverão ser respeitadas questões relativas a normativos de segurança no trabalho, bem como cumprimento dos requisitos de controle de acesso às dependências do Tribunal.

5.4. O CONTRATANTE obriga-se a:

5.4.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa prestar o serviço, de acordo com as determinações do contrato, ou outro instrumento que o substitua, especialmente deste Termo de Referência;

5.4.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais ou as contidas neste Termo de Referência e os termos de sua proposta;

5.4.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições na vigência do contrato (ou outro instrumento que o substitua) e da garantia técnica ou contratual, fixando prazo para a sua correção;

5.4.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da contratação, na forma do contrato, ou outro instrumento que o substitua;

5.4.5. Zelar para que durante toda a vigência do contrato (ou outro instrumento que o substitua) sejam mantidas em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4.6. Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado pela CONTRATADA;

5.4.7. O CONTRATANTE somente deverá atestar a realização dos serviços que atenda às especificações exigidas e o preço ofertado e efetuar o pagamento dentro do prazo pactuado;

5.4.8. Aplicar as sanções conforme previstas legal ou contratualmente.

5.5. As demais definições afetas à execução do contrato constam no ANEXO V - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

6. Modelo de Gestão e Fiscalização do Contrato

6.1. A Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato será constituída pelos servidores nomeados pela autoridade competente, imediatamente após a assinatura do contrato, compreendendo, no mínimo, um integrante da área demandante, um integrante da área administrativa e um integrante da área técnica, titulares e substitutos.

6.2. As definições afetas à gestão e fiscalização do contrato constam no ANEXO V - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

6.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente por meio de Termo Aditivo.

6.5. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.6. O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.7. Após a assinatura do contrato ou Instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n. 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.9. A equipe de fiscalização acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, observando as disposições dos anexos a este Termo de Referência, especialmente ANEXO V - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

7. Critérios de medição, liquidação e de pagamento

7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1 O recebimento provisório será realizado mensalmente, com ou sem ressalvas, na apresentação da Nota Fiscal, pelos integrantes da EPC e terá seu recebimento definitivo em até 05 (cinco) dias úteis após e ficará a cargo do Gestor do contrato.

O recebimento definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios de qualidade do material empregado ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste contrato, ainda que verificados posteriormente.

7.2. Da Liquidação e do Pagamento

7.2.1. A avaliação da execução do objeto será realizada conforme previsto no ANEXO V - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

7.2.1.1. A CONTRATADA apresentará, mensalmente, Nota Fiscal ou Fatura em Reais, que, atestada pelo Gestor do contrato, será paga em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do ateste, mediante a emissão de Ordem Bancária em favor da conta corrente indicada pela CONTRATADA, em seu nome, ou por meio de ordem bancária para pagamento de fatura com código de barras, uma vez satisfeitas as condições

estabelecidas neste instrumento.

7.2.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas; ou

7.2.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.3. A utilização dos instrumentos previstos no item 7.2.1 não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.2.4. Para fins de liquidação e pagamento, a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado deverá conter os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data de vencimento;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão Contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4.1. Satisfeitas as condições estabelecidas no Edital, o pagamento será creditado pelo Contratante, em nome da Contratada, por meio de ordem bancária, em conta corrente por ela indicada, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, sendo realizado mensalmente, observados os seguintes prazos:

a) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento definitivo, caso se trate de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inc. II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021;

b) no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data do recebimento definitivo, caso se trate de despesa cujo valor ultrapasse o limite de que trata o inc. II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021.

7.2.4.2. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária,

será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.

7.2.4.3. O pagamento será feito em moeda nacional.

7.2.4.4. Considerar-se-á como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

7.2.4.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa e o respectivo pagamento, estes ficarão sobrestados até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.2.4.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n. 14.133/2021.

7.2.4.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.4.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.2.4.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.2.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.2.5. Ocorrendo atraso no pagamento, por motivo a que não tiver dado causa e para o qual não tenha contribuído a Contratada, o Contratante, quando do respectivo

pagamento, incidirá juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, apurados de forma simples e *pro rata die*, e, após decorridos mais de 30 (trinta) dias, atualizará o valor devido com base no índice mensal do IPCA/IBGE, *pro rata die*.

7.2.6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.2.7. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.2.8. Os documentos fiscais exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento de despesas, deverão ser juntados no portal SIGEO-JT-Execução Financeira (Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho), no qual a Contratada deverá se cadastrar previamente ao envio da referida documentação.

7.2.8.1. Para acesso ao Sistema SIGEO-JT/Execução Financeira, deverá a Contratada utilizar o seguinte link: Portal do Usuário: <https://portal.sigeo.it.jus.br/portal-externo/>.

7.2.8.2. Para demais orientações acerca do Sistema SIGEO-JT, a Contratada deverá acessar o seguinte endereço: Manual de Ajuda: <https://sigeo.it.jus.br/ajuda/> (Fornecedores, Colaboradores e Credenciados da Saúde).

8. Reajuste contratual

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, a pedido da Contratada, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei n. 14.133/2021, limitado o reajuste à variação do IPCA/IBGE ou de outro índice que passe a substituí-lo, o que for mais favorável ao Contratante, sem prejuízo da necessária negociação pelo gestor com vistas à obtenção de condição mais vantajosa.

Será considerada como data do orçamento estimado para fins de reajuste 09/07/2026, dia em que foram consolidadas as pesquisas de preços pela Equipe de Planejamento da Contratação.

9 – Da extinção e rescisão contratual

9.1. O contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser extinto antecipadamente, a critério exclusivo da Administração, sem que caiba à Contratada

qualquer direito a indenização, retenção ou multa rescisória, nas seguintes hipóteses:

9.1.1. Extinto por interesse público (Art. 137, VIII, e Art. 138, I, Lei 14.133/2021):

Caso ocorra obsolescência técnica ou surjam novas soluções tecnológicas que tornem o objeto deste contrato desvantajoso, ineficiente ou incompatível com as necessidades da Administração, nos termos do princípio da eficiência. Um exemplo a ser observado é a solução de número 4 elencada nos Estudos Técnicos Preliminares.

9.1.2. A extinção antecipada por razões de atualização tecnológica fundamenta-se no dever da Administração de zelar pela busca do desenvolvimento nacional sustentável e pela obtenção da proposta mais vantajosa, conforme preceitua o Art. 11, incisos I e IV, da Lei nº14.133/2021.

9.1.3. Em qualquer caso de extinção antecipada por conveniência administrativa ou atualização tecnológica, a Contratada será remunerada exclusivamente pelos serviços efetivamente prestados até a data do encerramento do vínculo, não sendo devida qualquer parcela a título de lucros cessantes ou danos emergentes.

9.2. Em casos de extinção antecipada, a contratada será notificada antecipadamente no prazo de 30 dias.

10. Das alterações e supressões contratuais.

A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões quantitativas que se fizerem necessários à execução do objeto, observado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

10.1. Desde já, como condição de participação no certame e de celebração do contrato, a Contratada anui expressamente com a possibilidade de supressão quantitativa do objeto em percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, quando tal medida se revelar necessária ao atendimento do interesse público, caso ocorra obsolescência técnica ou surjam novas soluções tecnológicas, em conformidade com o cronograma do item da solução 4, especificado nos Estudos Técnicos Preliminares.

10.2. Os acréscimos e supressões serão formalizados mediante termo aditivo, instruído com justificativa técnica e jurídica, mantidas a finalidade contratual, a economicidade e a continuidade do interesse público.

10.3. A recusa injustificada da Contratada em formalizar a supressão consensualmente ajustada poderá caracterizar descumprimento contratual, sujeitando-a às sanções

previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável.

11. Transferência de conhecimento

Não há previsão de transferência de conhecimento para a presente contratação.

12. Forma e critérios de seleção do fornecedor

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, observados os valores unitários e total estimados.

12.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,1% do total estimado:

a) Item 01: R\$754,00 (setecentos e cinquenta e quatro reais) – valor com casa decimal arredondada.

12.3. O modo de disputa será **aberto**.

12.4. Tratamento diferenciado para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)

12.4.1. Não se aplica, eis que a reserva para participação **exclusiva** de ME/EPP é obrigatória apenas para itens ou lotes com valor de até **R\$ 80.000,00** (Art. 48, I, da LC 123/06).

12.4.2. Fica afastada a participação e cotas para empresas ME/EPP. Serviços de suporte aos servidores exigem unidade de gestão e responsabilidade técnica única para garantir a disponibilidade do ambiente. A divisão do objeto em cotas reservadas (25%) para ME/EPP pode gerar conflitos de governança, dificuldades na padronização de níveis de serviço (SLA) e fragmentação da responsabilidade em caso de falhas críticas.

Em serviços de alta complexidade tecnológica e alto valor, a Administração busca empresas com robustez financeira e operacional comprovada. Restringir ou fragmentar o mercado pode elevar os custos unitários e afastar grandes prestadores especializados, ferindo o princípio da economicidade.

12.5. Qualificação Técnica

12.5.1 A qualificação técnico-operacional será comprovada, na fase de habilitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, compatível(is) com o

objeto desta licitação, ou seja, a execução de serviços de suporte e manutenção em ambiente de virtualização baseado em oVirt (versão 4.3 ou superior) ou KVM, **em quantitativo mínimo acumulado de 06 (seis) hosts físicos**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

12.5.2 O atestado deverá conter, obrigatoriamente:

- a) Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado;
- b) Endereço completo;
- c) Manifestação acerca da qualidade do serviço prestado; e
- d) Identificação do responsável pela emissão de atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais de interesse do Pregoeiro.

12.5.3 No caso de atestados fornecidos por empresa privada não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo, empresas controladas pela licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia com poder de direção da empresa emitente e da empresa licitante (art. 67, III, da Lei 14.133/21).

12.5.4 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

12.5.5 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.5.6 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.6. Da qualificação técnico-profissional

12.6.1. A Qualificação Técnico-profissional será comprovada, com a indicação da existência, nos quadros permanentes da Contratada de, pelo menos, os seguintes profissionais:

- a) A contratada deverá indicar pelo menos 01 (um) profissional técnico de nível sênior, pertencente ao seu quadro, que possua certificação profissional em administração de sistemas Linux/Virtualização (ex: RHCSA, RHCE, LPIC-2 ou equivalente de mercado).

12.6.2. A comprovação de vínculo dar-se-á por meio de um dos seguintes documentos:

- a) Contrato Social
- b) Ficha do Empregado
- c) Contrato de Trabalho
- d) Registro em CTPS;
- e) Contrato Particular de Prestação de Serviços;
- f) Se necessário, adicionar outro documento legal para comprovação do vínculo, conforme o caso; ou
- g) declaração de contratação futura do profissional citado, desde que acompanhada de declaração de anuência do citado profissional.

12.6.3. Os profissionais indicados pela licitante deverão participar do serviço objeto da licitação, sendo admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, nos termos do § 6º do art. 67 da Lei n.º 14.133/2021.

12.7. Qualificação Econômico-Financeira

12.7.1 A qualificação Econômico-Financeira será comprovada, na fase de habilitação, conforme requisitos do Edital.

12.8. Margem de preferência

Não será adotada margem de preferência para a presente contratação, vez que não é obrigatória para o Poder Judiciário, nos termos do Art. 3º. § 4º, do [DECRETO Nº 11.890, DE 22 DE JANEIRO DE 2024](#).

13. Estimativas do valor da contratação

O valor estimado da contratação foi definido por meio de consulta direta a fornecedores especializados.

14. Das infrações e sanções administrativas

Garantida a ampla defesa e o contraditório, à Contratada poderão ser aplicadas, cumulativamente, as penalidades previstas na Lei n. 14.133/2021 e as constantes deste Termo de Referência, a saber:

14.1 - Advertência

14.2. Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do fornecimento ou serviço em atraso, a ser aplicada na hipótese de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias no cumprimento dos prazos previstos neste Instrumento;

14.3. Multa por inexecução contratual parcial de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da parcela inadimplida, a ser aplicada na hipótese de atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias;

14.4. Multa por inexecução contratual parcial, até o máximo de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração, a ser aplicada para as demais hipóteses de inexecução contratual;

14.5. Multa por inexecução contratual total, até o máximo de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato, a ser aplicada para a hipótese de rescisão contratual por culpa da Contratada.

14.6. As penalidades pecuniárias descritas neste Instrumento poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à Contratada.

14.7. Os atrasos não comunicados ao tempo da ocorrência do fato impeditivo do cumprimento da obrigação, e não devidamente fundamentados, serão considerados como injustificados, ficando a critério do Contratante a aceitação das justificativas apresentadas.

14.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, caso a contratada não recolha a diferença via GRU, esta será cobrada judicialmente.

14.9. A Contratante poderá, preventivamente, efetuar a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo, após manifestação do gestor.

14.10. Observada a ordem abaixo estabelecida, o valor da multa aplicada será:

I – descontado dos pagamentos devidos pela Administração;

II – recolhido por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU;

14.10.1. Após o registro da penalidade e inexistindo pagamentos devidos pela Administração ou na hipótese do crédito existente ser insuficiente, a contratada será notificada pelo gestor do contrato para proceder ao recolhimento do respectivo valor por intermédio de GRU, no prazo de vencimento da respectiva guia.

15. Mapa de gerenciamento de riscos

Documento juntado ao processo, sob identificador n. [28222-13-2025](#).

16. Da Equipe de Planejamento da Contratação

A Equipe de Planejamento da Contratação é constituída pelos servidores nomeados a seguir:

Integrante		Nome	Unidade
Titular	Demandante	Jurlam Gilberto Silva Correa	SEIT
	Técnico	Rodrigo Rosa do Nascimento	SEIT
	Administrativo	Olavo de Oliveira Dantas	SELC

17. Da dotação orçamentária

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados de acordo com a Lei Orçamentária.

APROVAÇÃO E ASSINATURA

A Equipe de Planejamento da Contratação, instituída pelo documento de identificador n. [28222-2025-1](#), datado de 18/09/2025, submete este Termo de Referência com todos seus 6 anexos, bem como o Mapa de Gerenciamento de Riscos (doc. id. n. [13](#)) para aprovação do [cargo e unidade da autoridade competente].

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE DEMANDANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
Rodrigo Rosa do Nascimento Matrícula:	Jurlam Gilberto Silva Correa Matrícula:	Olavo de Oliveira Dantas Matrícula:

Aprovo o presente Termo de Referência, seus anexos e documentos complementares.

Belo Horizonte, 01 de setembro de 2026.

Josiane Pereira Vitor Martins
Secretaria de Infraestrutura Tecnológica

Anexo I
Termo de Compromisso com a Segurança da Informação e LGPD

A empresa _____, parte
CONTRATADA no contrato _____ / _____, neste ato representado pelo(a)
Sr.(a) _____, portador(a) da

CI/RG n.º _____ e do CPF n.º _____,
compromete-se, por intermédio do presente termo, a não divulgar sem autorização informações
do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO (TRT)** a que tiver acesso em
decorrência da prestação do objeto do citado contrato, em conformidade com as seguintes
cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se informações quaisquer dados e informações do TRT
ou dados pessoais de magistrados, servidores, empregados ou jurisdicionados revelados antes
ou depois da assinatura deste Termo, seus bens de informação, topologias, usuários, senhas
de acesso, planos, processos, operações, pessoal, propriedades, produtos e serviços, e
quaisquer outras que o mesmo considerar proprietárias e/ou confidenciais.

§ 1º – Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, a
CONTRATADA deverá tratar a mesma sob sigilo até que venha a ser autorizada por escrito a
tratá-la diferentemente pelo Tribunal. De forma alguma se interpretará o silêncio como liberação
do compromisso de manter o sigilo da informação.

§ 2º Excluem-se das disposições desta Cláusula informações ou materiais que já estiverem
disponíveis publicamente nos portais, redes sociais, ou instrumentos produzidos com tal
finalidade pelo TRT.

CLÁUSULA SEGUNDA: A CONTRATADA obriga-se a conhecer e observar a Política de
Segurança da Informação e Comunicação e a Política de Privacidade e Proteção de Dados
Pessoais disponível no portal do Tribunal.

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONTRATADA concorda que as informações a que terá acesso
serão utilizadas somente nos processos envolvidos para execução do objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA: A CONTRATADA determinará a todos os seus representantes - assim
considerados, diretores, administradores, sócios, empregados, prepostos, agentes,
colaboradores e prestadores de serviço a qualquer título (incluindo consultores e assessores)
que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços - a observância
do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas
do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA: Caso a CONTRATADA seja obrigada, em decorrência de intimação de
autoridade judiciária ou fiscal, a revelar quaisquer informações, notificará por escrito ao TRT
imediatamente acerca da referida intimação, de forma a permitir que o TRT possa optar entre
interpor a medida cabível contra a ordem judicial ou administrativa ou consentir, por escrito,
com a referida revelação.

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente ao TRT qualquer
violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão,
independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e
prestadores de serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA: O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo
acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos
no descumprimento ou violação.

Belo Horizonte, ____ de _____ de .

Assinatura do Representante Legal

Ciência dos Empregados da Contratada que atuarão junto ao Contratante para a execução
do contrato, quanto ao Termo de Compromisso com a Segurança da Informação e LGPD.

Assinatura do Empregado

Assinatura do Empregado

Assinatura do Empregado

Declaro para os devidos fins que os empregados supra mencionados leram e compreenderam as disposições do Termo de Compromisso com a Segurança da Informação e LGPD, comprometendo-me em caso de adição de novos envolvidos, fazê-los saber e colher anuência a ser enviada do TRT3.

Assinatura do Representante Legal

Anexo II

Especificações técnicas do objeto

Implementação e Suporte a plataforma de virtualização oVirt/ManagelQ, abaixo detalhado:

- Padronização e otimização da plataforma oVirt/ManagelQ.
- Padronização e otimização de versões de sistemas Open Source.
- Padronização e otimização de segurança linux com melhores práticas.
- Padronização e otimização de backup de Servidores Linux.
- Padronização e otimização de sistema de monitoramento de serviços.

Com as seguintes características:

- Até 20 servidores;
- Manutenção Preventiva;
- Monitoramento dos servidores;
- Atualizações de segurança;
- Relatórios mensais;
- Políticas de Backup;
- 24 horas por dia x 7 dias por semana.

Execução de diagnóstico completo de ambiente Open Source contendo:

Hardwares, softwares, serviços instalados, análise de risco e plano de melhorias.

ANEXO III

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS

Item 1					
Item 1	Descrição dos requisitos mínimos	DOCUMENTO /SITE	Nº DA PÁGINA	Custo mensal por servidor	OBSERVAÇÕES
1	Suporte Técnico para a ferramenta de virtualização Ovirt, integrada ao MANAGEIQ	28222/2025-15		R\$ 386,83 *R\$484,19 (2026)	Contrato 86/2021 – TRT15
1	Suporte Técnico para a ferramenta de virtualização Ovirt, integrada ao MANAGEIQ	28222/2025-37		R\$1.571,50	Proposta Comercial Atualizada em 01/07/2026

*Valor corrigido pelo Índice IPCA (IBGE)

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>

ANEXO IV

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

<A SER PREENCHIDA PELO ARREMATANTE>

< PROCESSO PREGÃO ELETRÔNICO >

Objeto: Contratação, em regime de registro de preços, de Suporte durante o período de 24 meses, ao oVirt/ManageIQ, na modalidade 24X7 para atender as necessidades do **Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**.

Local de prestação dos serviços: Conforme item 2.6.2 do Termo de Referência.

Entrega dos serviços: **05 dias corridos**, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

O pagamento será realizado conforme condições estabelecidas no Edital.

Validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

Item	Descrição do Objeto	Valor unitário (R\$)	Quantidade registrada	Valor total para quantidade registrada (R\$)
01	Contratação, em regime de registro de preços, de Suporte durante o período de 24 meses, ao oVirt/ManageIQ, na modalidade 24X7			

A tabela abaixo deverá compor a proposta comercial da LICITANTE, conforme o item que participar, e tem como objetivo auxiliar no processo de validação, verificando se os serviços ofertados atendem às especificações técnicas;

Item 1 - Contratação, em regime de registro de preços, de Suporte durante o período de 24 meses, ao oVirt/ManageIQ, na modalidade 24X7

Item 1	Descrição dos requisitos mínimos	DOCUMENTO/SITE	Nº DA PÁGINA	OBSERVAÇÕES
--------	----------------------------------	----------------	--------------	-------------

--	--	--	--	--

Nome do representante do fornecedor: <A SER PREENCHIDO PELO ARREMATANTE>

Assinatura do representante do fornecedor:

ANEXO V

MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

1.1. Papéis desempenhados na contratação

- 1.1.1. Autoridade Competente: Diretor-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região ou autoridade por ele delegada, responsável pela assinatura do contrato, do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e pela publicação da equipe de fiscalização.
- 1.1.2. Gestor do Contrato: Servidor designado pela autoridade competente, responsável por coordenar a gestão e fiscalização da execução contratual.
- 1.1.3. Fiscal Técnico do Contrato: Servidor da carreira de TIC designado para fiscalizar tecnicamente o cumprimento das obrigações relacionadas às soluções contratadas.
- 1.1.4. Fiscal Demandante: Servidor da unidade demandante (Secretaria de Infraestrutura), designado para verificar o atendimento às necessidades funcionais e de negócio da solução contratada.
- 1.1.5. Fiscal Administrativo: Servidor da área administrativa, designado pela autoridade competente, responsável por fiscalizar os aspectos administrativos do contrato (pagamentos, sanções, obrigações fiscais e trabalhistas).
- 1.1.6. Preposto: Representante da empresa contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor junto ao TRT da 3ª Região.
- 1.1.7. Representante da Contratada: Responsável legal pela assinatura do contrato, caso esse poder não tenha sido delegado ao preposto.

1.2. Responsabilidades da equipe de gestão e fiscalização do CONTRATANTE

- 1.2.1. Os membros da equipe de fiscalização do contrato, cada qual em seu âmbito de atuação, anotarão no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a

descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n. 14.133/2021, art. 117, § 1º).

- 1.2.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, quaisquer dos integrantes da equipe de fiscalização do contrato, cada qual em seu âmbito de atuação, emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 1.2.3. Os membros da equipe de fiscalização do contrato, cada qual em seu âmbito de atuação, informarão ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 1.2.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, qualquer dos integrantes da equipe de fiscalização do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 1.2.5. O fiscal demandante do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 1.2.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 1.2.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, relatadas por qualquer dos integrantes da equipe de fiscalização, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 1.2.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

- 1.2.9. O gestor do contrato informará, se for o caso, à autoridade superior as ocorrências que ultrapassarem sua competência.
- 1.2.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos integrantes da equipe de fiscalização quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 1.2.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n. 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 1.2.12. Ao fim do contrato, o gestor elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

1.3. Formas de comunicação e acompanhamento da execução do contrato:

- 1.3.1. As comunicações formais entre o TRT da 3ª Região e a contratada ocorrerão, preferencialmente, pelos seguintes meios:

- Ata de Reunião;
- Correio eletrônico (e-mail);
- Ofício;
- Ordem de Serviço;
- Sistema de abertura de chamados;
- Processo administrativo eletrônico do órgão;

1.4. Principais marcos e eventos da Execução do contrato

A tabela abaixo foi elaborada com os principais marcos e eventos relevantes que ocorrerão durante a execução do contrato:

- Etapa: Nome da etapa/fase da execução do contrato;
- Descrição: Breve descrição da atividade a ser realizada
- Prazo: Prazo limite para entrega do produto ou serviço;
- Atores: Partes envolvidas na atividade, tanto da Contratada quanto do

órgão, entre outros;

- Artefato: Documento que comprova a entrega;
- Canal: Canal de comunicação oficial para o tipo de demanda.

Exemplo:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO	ATORES	ARTEFATO	CANAL
1	Assinatura do contrato.	Até 5 dias úteis da convocação para a assinatura do contrato	DG/Preposto ou Representante da Contratada	Contrato assinado	Proad
	Assinatura do Termo de compromisso de manutenção de Sigilo			Termo de compromisso de manutenção de Sigilo assinado	
2	Ordem de fornecimento	05 dias corridos após a assinatura do contrato	Equipe de gestão do contrato/ Preposto	Ordem de fornecimento	E-mail
3	Entrega dos serviços	05 dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.	Contratada	Relatório, documento similar ou NF	E-mail
4	Recebimento provisório	No ato de recebimento da NF	Gestor do Contrato / Fiscal Técnico	Comunicação de recebimento provisório	E-mail
5	Recebimento definitivo	Até 05 dias úteis após a Etapa 4	Gestor do Contrato / Fiscal Técnico	Termo de recebimento definitivo	E-mail
6	Liquidação e pagamento da nota fiscal	Até 10 dias úteis após a Etapa 5	Unidade responsável pela execução orçamentária e financeira	Comprovação de pagamento / Nota Fiscal liquidada	PROAD

1.5. Dinâmica da execução

Produtividade e Capacidade Mínima:

A Contratada deverá disponibilizar suporte técnico especializado (Nível 3) em regime 24x7x365 para a plataforma oVirt/KVM e ManageIQ. A capacidade de fornecimento deverá ser ajustada à demanda real do Tribunal, **iniciando com a sustentação de 12 (doze) servidores físicos**, podendo este quantitativo ser expandido até o limite de 20 (vinte) ou reduzido gradualmente, acompanhando a desativação de nós locais.

Critérios de Glosa (Penalidades):

O descumprimento de qualquer um dos prazos (Resposta ou Solução) sujeitará a Contratada a glosas nos pagamentos mensais, calculadas proporcionalmente ao atraso e à quantidade de servidores sob contrato no mês, conforme a IN SGD/MGI nº 54/2023. A reincidência no descumprimento dos níveis de serviço poderá ensejar a abertura de processo administrativo para aplicação de sanções previstas no Edital.

1.6. Instrumentos formais de solicitação do objeto

Serão utilizados os seguintes instrumentos formais de solicitação de <parcela relevante do objeto, a exemplo:

Ordem de serviço;

1.7. Níveis de Serviços Exigidos (NSE)

A CONTRATADA se obriga a cumprir Acordo de Nível de Serviço (ANS), compreendendo os seguintes itens:

- a. atender a incidentes ou resolução de dúvidas conforme a opção adequada ao Acordo de Nível de Serviço (ANS) contratado;
- b. corrigir problemas de configurações do ambiente de virtualização suportado. A CONTRATADA terá acesso remotamente ao ambiente computacional para análise e diagnóstico do incidente, propondo as devidas ações de correção;
- c. promover atualizações para novas versões majoritárias do software de virtualização **oVirt** e do **MANAGEIQ**, que incorporem novas funcionalidades, mesmo que retrocompatíveis com os dados, metadados e configurações já existentes, mediante solicitação do CONTRATANTE;
- d. promover atualizações corretivas dos programas envolvidos nas versões minoritárias, liberados pelas comunidades;
- e. disponibilizar patch para correções de bugs e erros mais recentes do software suportado previstos no contrato. A CONTRATADA poderá realizar a aplicação dos patches de correção remotamente ao ambiente computacional do CONTRATANTE, desde que seja concedido o acesso remotamente. Não sendo concedido o acesso remoto ao ambiente computacional do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada a aplicar o patch para correção do bug devendo, no entanto, encaminhar as instruções para que o CONTRATANTE assim proceda;
- f. auxiliar na análise e melhoria do ambiente suportado;
- g. trimestralmente, a CONTRATADA deverá enviar relatório de prevenção de incidentes

e análise de riscos, com recomendações de melhoria, estatísticas de impacto/crescimento do ambiente, recomendações de ajuste da configuração e parâmetros de desempenho/performance mediante gráficos de projeção dos servidores, dentre outros;

h. no intervalo máximo de até 6 (seis) meses, a CONTRATADA deverá realizar, a critério do Gestor, visita técnica presencial objetivando apresentar inovação técnica para aprimoramento do ambiente virtualizado com o serviço de suporte contratado;

i. ao final de cada atendimento, após o encerramento do chamado, a CONTRATADA disponibilizará, no Sistema de Gestão de Chamados, um relatório detalhado contendo o log com os comandos executados e suas saídas, bem como os horários e durações de cada atividade.

A tabela a seguir apresenta os graus de severidade que deverão ser avaliados para o Acordo de Nível de Serviço (ANS), com o prazo contado a partir de sua abertura, a saber:

Prazo de Resposta	Descrição	Severidade
1 Hora	Há serviços ou sistemas com paralisação total do ambiente de produção ou perda de dados. O sistema funciona, mas alguma operação fundamental para o negócio está comprometida e a situação constitui uma emergência.	1 - Alta
4 Horas	Há perda de funcionalidade de serviços e sistemas de produção, mas as operações podem continuar, ainda que de modo restrito	2- Média
48 Horas	Trata-se de situações onde não há perda de funcionalidade para os serviços e/ou sistemas	3- Baixa

1.8. Forma de Pagamento

A forma de pagamento será efetuado em função dos resultados obtidos depois da análise do Relatório mensal para procedimentos de possível retenção ou glosa.

Cronograma Físico Financeiro

O pagamento será realizado de acordo com a Tabela <x> a seguir:

Exemplo de desembolso (as colunas devem ser alteradas para atender as necessidades do contrato):

Item	Descrição	Prazo	Custo unitário mensal
1	Suporte, durante o período de 24 meses, ao oVirt/ManagelQ, na modalidade 24X7	Mensal (30 dias)	R\$ 1.571,50

Tabela X - Desembolso Financeiro

Durante o processo de pagamento serão verificados os seguintes itens:

Apresentação de nota fiscal, acompanhada de Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT, expedida pela justiça do Trabalho; Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido.